

O MOVIMENTO DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR NA NOVA REPÚBLICA

Alaíde Rita Donatoni*

ABSTRACT

The aim of this paper is to present some significant historical moments when the High Education Professors Movement was present in New Republic context (period of José Sarney, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco and Fernando Henrique Cardoso), denouncing this New Republic and fighting for the professors' claimings and for their historical conquests, as, for example, gratuitous and of good quality public universities.

Keywords: Professors Political Movement, New Republic, Social Movements

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de apontar alguns momentos significativos em que o movimento docente do ensino superior se fez presente no contexto da Nova República (governos dos Presidentes José Sarney, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso), denunciando-a e lutando em favor de suas reivindicações e de suas conquistas históricas, a exemplo da defesa de uma universidade pública, gratuita e de qualidade e lutando pela democratização do país.

Palavras-chaves: Movimento Docente, Ensino Superior, Nova República, Movimentos Sociais.

* Professora no Mestrado em Educação do Centro Universitário Moura Lacerda – Ribeirão Preto/SP.

“Desse ponto de vista se trataria de restabelecer uma democracia que teria existido e sido truncada pelo golpe militar. A democracia era identificada – ou confundida – com o Estado liberal e seu funcionamento conforme os cânones da divisão dos poderes, de certo Estado de direito e da liberdade de ação das leis do mercado. Dessa forma a teoria do autoritarismo foi apenas uma versão renovada do liberalismo, que se transformou na ideologia da transição conservadora, ao descaracterizar os problemas econômicos e sociais que geraram o golpe e o regime militar, seus setores hegemônicos no grande capital monopolista e financeiro e a crise social em que repousou a expansão econômica”.
(SADER, 1990)

Este artigo tem o objetivo de apresentar, no contexto da Nova República, como atuava o movimento dos docentes do ensino superior, em especial, sua participação junto aos movimentos sociais organizados, no sentido de fortalecê-los e fortalecer-se para se contraporem ao novo projeto econômico instalado no país.

Ao mesmo tempo em que os docentes denunciam a Nova República, apontam as inúmeras reivindicações dos docentes do 3º grau, a exemplo da defesa da escola pública, gratuita, democrática e de qualidade, que perpassa por várias décadas até os dias de hoje.

a) Nova República - 1985

A chamada Nova República demarca um período histórico de transição muito importante na história do País, pois é um momento politicamente muito rico, em que se abrem novas frentes de luta pela redemocratização do Brasil e em que novas correlações de forças se articulam com as antigas forças em presença, num rearranjo que confere novas direções políticas a este novo momento vivido pelos brasileiros. Este se expressa por uma forte herança cultural até então construída e que denota uma intervenção estatal muito forte em todos os setores da vida nacional, favorecendo, predominantemente, a expansão da acumulação privada de capital.

As autoridades responsáveis pela direção econômica do país concentravam em suas mãos um poder normativo sem precedentes na história, pontuado por um tutelamento político também sem precedentes, no qual tudo se controlava e tudo se restringia, em nome da ordem e dos bons costumes. A citação que segue ilustra com muita propriedade este momento.

Os militares, ao contrário da ideologia liberal que veiculavam quando da mobilização contra o governo de Jango, fortaleceram grandemente a intervenção estatal na economia. Uma intervenção que seria toda voltada para criar e ampliar as condições favoráveis à multiplicação da acumulação privada de capital e não para o fortalecimento do Estado como um fim em si mesmo. Mas as regulamentações ditadas pelo regime militar – como, por exemplo, pelo Conselho Monetário Nacional – depositavam nas mãos das autoridades econômicas um poder normativo nunca visto antes na história do país. Primou a fórmula política de uma democratização tutelada, controlada, restrita, não efetivada ainda numa concepção neoliberal. (SADER, 1990: 33)

Após o golpe de 64, a grande burguesia nacional reorganiza a economia, contando, mais tarde, com uma conjuntura política em que o capital internacional era imperioso para as transformações propostas no país pelos novos governantes. Essa nova etapa do capitalismo, no regime militar, atinge todas as áreas: a política, a econômica e a social. Os órgãos de segurança nacional são acionados para garantir a “tranqüilidade e o bem estar” da nação. Além do mais, esta era uma prática política conservadora e excludente que consolidava medidas que estimulavam a concentração de riqueza nas mãos de poucos. Restaurar uma democracia no Brasil significava a organização e reorganização dos movimentos sociais para o combate veemente a tal política imposta.

Por outro lado, entendemos que a conotação “Nova República” foi, na realidade, apenas um nome escolhido pelos políticos que procuravam, com isso, mostrar à população que novas mudanças

pretendidas por eles estavam, de fato, por se realizar. Trata-se de um novo regime político em que, na prática, prevalece a mistura do velho e do novo e as boas intenções governistas em que acabam por prevalecer práticas antigas e já conhecidas por todos nós. Trata-se também de se entender que a existência de um regime híbrido entre a ditadura militar e a Nova República já existia, assim como existiam as pressões das elites conservadoras nacionais que não aceitavam as propostas de mudanças. Assim, faltava apenas aos novos dirigentes precisar algumas questões até então prementes e reivindicadas pela população, ao mesmo tempo em que se fazia necessário definir questões até então indefinidas. A esse respeito, SADER explicita:

A chamada Nova República foi sendo instaurada assim como uma mistura híbrida entre o velho e o novo. Inegavelmente se trata de um novo regime. A forma de dominação política foi modificada, substituindo as instâncias militares por formas parlamentares: a nova Constituição fortaleceu o papel do Congresso, as liberdades individuais foram ampliadas, o direito de organização política foi explicitado, introduziram-se direitos da cidadania que antes não constavam de nosso sistema jurídico, tem vigência, ao menos teoricamente, um Estado de direito, baseado em leis votadas por um Parlamento eleito pelo voto universal e direto. O presidente da República foi finalmente escolhido por esse mesmo mecanismo, obtendo uma legitimidade institucional que nenhum outro possuía desde 1964. Porém, as tutelas mencionadas e a negação dos direitos reais de cidadania para a esmagadora maioria do país – dos quais 2/3 vivem com renda de, no máximo 3 salários mínimos, bem como as discriminações que continuam a vigorar contra os menos favorecidos – crianças e jovens originários das classes populares, mulheres, negros, índios, homossexuais e todas as chamadas minorias políticas – , demonstram a distância entre a afirmação da liberdade feita pelos cânones do liberalismo e sua vigência de fato. A simples reinstauração dos critérios de divisão de poderes entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, acompanhada de outros direitos formais, não atinge o âmago da crise social brasileira. (1990: 54)

No final da década de 70, "*colocam-se duas questões que vão conformar as tendências das políticas sociais na década de oitenta: a crise econômica e seus impactos sobre o financiamento e o gasto social e o processo de reordenamento das políticas no contexto da transição democrática*" (HENRIQUE, 1993: 276-277).

No início da década de 80, um novo ciclo de crise financeira internacional abalou sobremaneira o cenário brasileiro, estendendo-se por todo o período. O quadro conjuntural, nesta época, impunha ao movimento docente a viabilização de ações concretas que contemplassem as propostas políticas e econômicas oriundas do governo da Nova República de modo a se contrapor a elas. No entanto, no que se refere ao financiamento da área social, tivemos neste governo e naqueles que o sucederam os mesmos parâmetros interventivos utilizados até então, que era a ausência continuada de uma política capaz de dar conta das questões sociais básicas reivindicadas pela população brasileira.

A conjuntura econômica sofria as pressões dos bancos credores internacionais, dado o prejuízo causado pelos sucessivos planos econômicos que não conseguem controlar o déficit público. Ao lado da crise econômica que se acentuava somava-se a ausência de controle dos gastos federais pelo legislativo de forma transparente, a política de endividamento externo e o crescimento do endividamento público. Para se aproximar de um acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional), o governo procura acirrar a adoção de medidas anti-sociais, elevando os juros e aumentando a inflação, a recessão e o desemprego que, por sua vez, vão diminuir a arrecadação tributária o que acaba por ocasionar fragilidade financeira e crise fiscal do Estado. No que se refere ao endividamento interno e externo, SADER manifesta-se da seguinte maneira

As dívidas externa e interna compõem assim uma tutela financeira que limita, condiciona e hipoteca a construção de uma democracia no Brasil. Enquanto uma parte das riquezas produzidas no país e dos recursos arrecadados pelo governo tiver que cobrir essas dívidas, o país estará impossibilitado de atender suas necessidades básicas de serviços públicos - saúde,

educação, habitação, transporte, cultura – e de investimentos essenciais. (1990: 52)

Neste contexto, ao mesmo tempo em que as Associações Docentes – AD's – e o Sindicato Nacional procuravam se engajar nos movimentos sociais organizados, a exemplo dos comitês que defendiam as eleições presidenciais diretas, as classes dominantes avançavam contra os movimentos sociais que contestavam a exploração do trabalho pelo capital e defendiam uma Assembléia Nacional Constituinte e soberana, a reforma agrária, as “Diretas Já”, o fim do autoritarismo, o ensino público, gratuito e de qualidade. Neste momento, esta campanha contrária aos movimentos sociais era marcada por intensa desqualificação desses movimentos, por intermédio dos meios de comunicação.

A prolongada crise econômica e social, consubstanciada nos seus elementos centrais, que são a reforma fiscal e administrativa do Estado, o pagamento da dívida externa e interna e as grandes mudanças políticas que ocorrem mundialmente, aprofunda a crise instalada no Brasil e acaba por dismantelar as políticas públicas, em especial nas áreas industrial, tecnológica, agrária, educacional e de saúde. Estas crises, portanto, acabam exigindo a participação dos movimentos sociais que entendem a urgência e a relevância da luta a ser travada em favor do restabelecimento de políticas públicas justas para a população.

O fortalecimento e a unificação dos movimentos sociais organizados e dos movimentos sindicais passam a ser condições indispensáveis para se contrapor ao projeto neoliberal e para a formulação de alternativas a este mesmo projeto.

b) Presidente Sarney (1985/1990)

No governo Sarney, tivemos eleições diretas em todos os níveis, oportunizando a reorganização dos partidos políticos; organização de uma Assembléia Nacional Constituinte (1987 e 1988); eleições diretas para presidente da República (1989); fim da censura política;

e a legalização de partidos clandestinos, Partido Comunista Brasileiro e Partido Comunista do Brasil (PCB e PC do B). Surge a União Democrática Ruralista (UDR) para defender as grandes propriedades dos fazendeiros contra as invasões dos Sem-Terra; dentre outras coisas.

Neste contexto, constata-se que o movimento docente vai-se mobilizando com muita luta. No entanto, observa-se também que as reivindicações se repetem constantemente, dado o fato de serem necessidades prementes da categoria, e não atendidas, até aquele momento, a exemplo das negociações da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, a ANDES, com o Ministério da Educação e Cultura, o MEC, sobre o Plano de Cargos e Salários (PCS) e da contraproposta do movimento docente que consistia, fundamentalmente, em reivindicações salariais, aposentadoria integral para os professores e autonomia para as universidades.

a) PCS: formar comissão paritária entre a ANDES, CRUB, FASUBRA e SESU para elaborar o PCS e regulamentá-lo em trinta dias; b) Salários: imediata equiparação salarial contada a partir de 1º de abril; aplicação do leque das autarquias sobre o piso da contrapartida do MEC e dedicação exclusiva de 50%; c) Aposentadoria integral: incluída no PCS, conforme artigo terceiro da Lei de Isonomia, explicitando a complementação pelo MEC e estendendo-a para os pensionistas e aposentados; d) Verbas: manter a pauta de 27,8% OCC e/ou escalonado 16,7% para 87, 23,1% para 88 e 27,8% para 89; e) Contratação de professores: 1) exclusão das IES do decreto ou revogação da lei; 2) implementação imediata das contratações excepcionais acordadas desde 1986; 3) autonomia das IES na definição de critérios de contratação de pessoal. (Ata da Assembléia Geral – AG – da ADUFU, Associação Docente da Universidade Federal de Uberlândia, 9/4/87, p. 155 e 156)

Em 1985, o movimento grevista das Instituições de Ensino Superior, as IES Fundacionais, garante, nas negociações da ANDES com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, o CRUB, o índice de reajuste equivalente a 100% do INPC. Não se conseguiu,

nessas negociações, a trimestralidade para os aumentos salariais e os reajustes salariais superiores à inflação da época. A ANDES e a Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras, a FASUBRA, tiveram papel relevante nessas negociações. Há também, entre os professores, forte inclinação à mobilização, com relação à isonomia salarial entre as Fundações Federais, que acaba por motivar uma greve das Instituições Federais de Ensino superior, as IFES Autárquicas e Fundacionais, em 1987. Inicia-se uma forte mobilização pela paridade entre os servidores públicos federais (Ata da AG da ADUFU, 19 de março de 1987).

A partir de 1986, em todos os encontros de professores, a exemplo dos CONAD's (Conselho Nacional das Associações Docentes do Ensino Superior) e Congressos, o movimento docente analisava o governo brasileiro de transição como um governo marcado por profundas contradições entre o conservadorismo de sua base de sustentação política e as propostas de abertura ainda encaminhadas e pressionadas fortemente pelos movimentos sociais organizados que lutaram em favor das "Diretas Já" e exigiam processos sucessórios mais democráticos, com eleições diretas para Presidente da República. A grande responsabilidade do governo da Nova República era administrar todos esses conflitos, tornando-se, muitas vezes, mais sensível às pressões dos movimentos sociais, uma vez que se temiam maiores mobilizações populares, contrárias às medidas empreendidas pelo governo.

Com a reorganização e a pressão das forças políticas presentes, o governo federal convoca uma Assembléia Nacional Constituinte, impulsionado pelos Comitês Pró-Constituinte, em vários locais do país. Neste contexto, a ANDES procura se aliar aos movimentos organizados, entidades, OAB, dentre outros, posicionando-se decisivamente contra a proposta governamental de uma Constituinte Congressual, ou seja, puramente parlamentar, sem a participação popular e que procurava preservar a política atual de sustentação da "Aliança Democrática". O governo, por sua vez, propõe a convocação de uma "Comissão Constituinte de Alto Nível", enquanto forma encontrada de esvaziar a autêntica representação popular dos movimentos sociais organizados, em andamento (Documentos, CONAD's e Congressos, 1986/1987).

A importância deste momento está no avanço das forças político-sindicais dos trabalhadores, especialmente as da Central Única dos Trabalhadores, a CUT, e as do Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, o CONCLAT, no sentido da unificação de suas lutas específicas. As IES se reorganizam nos seus setores públicos, particular e estadual e, juntamente com outros sindicatos dos servidores públicos e de outras categorias de trabalhadores, exigem o retorno de suas reivindicações específicas, a exemplo da sindicalização dos servidores públicos, isonomia, reestruturação da carreira para as IFES, ensino público e gratuito, empresariamento do ensino, aplicação da Lei Calmon. Quanto às questões mais gerais, lutam em favor da reforma agrária, reforma sindical e contra o clientelismo, o uso político dos recursos públicos.

Entre os anos de 1987 e 1989, a análise realizada pelos docentes em vários encontros promovidos pela ANDES SN era a de que o movimento docente havia demonstrado grande capacidade de luta e mobilização, apesar das propostas governamentais de esfacelamento dos setores públicos e, dentre eles, a universidade; do arrocho salarial advindo do Plano Verão que tinha como objetivo controlar a alta dos preços que acaba por resultar em uma grande recessão, desemprego e miséria; do Pacto Social que se destinava a neutralizar os movimentos sociais organizados, ao mesmo tempo em que procurava controlar a economia do país, pois a inflação atingia índice muito elevado. Estava indubitavelmente instalada a crise no governo Sarney.

Assim, o movimento docente tinha, ainda, uma longa caminhada em favor da isonomia, da carreira docente unificada, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB, e da autonomia das IES. O rompimento da isonomia salarial e da carreira unificada significava a não garantia de um padrão único de qualidade para a produção científica nas universidades. Significava que, para um mesmo trabalho, o pagamento seria diferenciado, fazendo com que algumas IES fossem privilegiadas enquanto Centros de Excelência e outras não. Estas seriam apenas transmissoras ou reprodutoras de conhecimentos (Relatórios Finais do Conselho Nacional de AD's, 1987,1988).

Quanto à autonomia das IES, a avaliação do movimento docente realizado em vários encontros a exemplo de Congressos era,

naquele momento, entendê-la associada ao processo de democratização interna das IES, ou seja, associada à questão financeira, científica e pedagógica, com total participação da comunidade universitária, desde a elaboração, fiscalização e execução das verbas previstas até a elaboração democrática das políticas de ensino, pesquisa e extensão.

Juntamente com os movimentos sociais organizados, partidos políticos e sindicatos de trabalhadores, o movimento docente do 3º grau atua enquanto força política de grande importância na Nova República sempre na direção da defesa da escola pública e das questões sociais, a exemplo da mobilização em favor das causas indígenas, do não pagamento da dívida externa, da campanha de filiação da ANDES à CUT e dos direitos sociais básicos de toda população, no contexto de 1988.

A partir de 1987, o governo regulamenta a Lei de Isonomia Salarial (nº 7596), fazendo com que a ANDES publique nota em jornais de grande circulação no país protestando contra a política da Nova República que foi o empresariamento da educação e explicitando que esta não está isolada das questões mais gerais da sociedade, cujas medidas governamentais impostas à população exigem imensos sacrifícios. No momento em que favorece o fortalecimento de empresas particulares de ensino, o governo da Nova República se descompromete para com a educação pública superior. No que se refere à isonomia, a ANDES explicita o golpe governamental contra as IES.

Em contraposição a esta política, e em defesa do ensino público e gratuito em todos os níveis, os docentes deflagraram uma greve nacional entre março e maio deste ano, que teve como um dos seus desdobramentos a aprovação da Lei de Isonomia nº 7.596. A lei previa 90 dias para que o governo elaborasse o plano de cargos e salários, prazo que venceu em 14/07/87. Neste período, a comunidade universitária lutou para que o conteúdo do texto fosse efetivamente negociado. Infelizmente, apesar de exaustivas reuniões ocorridas no último mês, o decreto, finalmente assinado pelo Presidente da República dia 23/07, não contempla questões essenciais como aposentadoria

integral, rompe acordos de greve, introduz novas e graves distorções e, como já era de se esperar, golpeia o princípio da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão e desrespeita a própria lei ao quebrar o princípio da isonomia. (Boletim ANDES nº 31, agosto, 1987, p.5)

Em 1987, várias entidades educacionais, dentre elas a ANDES, entregam ao governo da Nova República um abaixo-assinado com propostas de interesse popular, a exemplo da campanha pelas diretas para Presidente da República, da defesa do ensino público e gratuito, da defesa da ciência e tecnologia e da saúde, dentre outras. Era necessário unir as forças presentes para se exigir mudanças no texto constitucional que tramitava no Congresso Nacional.

No que se refere às questões específicas da categoria, em julho de 1989 o movimento docente realiza mais uma greve, em que se destacam algumas reivindicações quais sejam: reajuste mensal de salários, aposentadoria, isonomia, carreira, verbas para as IFES, cujos resultados principais foram: reposição salarial de 30% para os Servidores Públicos Federais, os SPF's, verbas para a manutenção das IFES e alterações no plano de carreira docente.

Convém destacar neste ano a greve realizada por 90% dos professores da UNIUB – Universidade de Uberaba – que rompe convênio com a CAPES, prejudicando sobremaneira os bolsistas, professores e cursos.

Quanto às questões sociais, destacam-se algumas que foram contempladas na Constituição de 1988, no governo Sarney: o estabelecimento de dois turnos para presidente, governadores e prefeitos em cidades com mais de duzentos mil eleitores, o voto para o analfabeto, proibido desde 1882, o voto facultativo entre os 16 e os 18 anos de idade e para maiores de 70 anos de idade.

Enfim, a grande força política nas mãos de Sarney era a velha e a nova elite social brasileira – urbana, rural e política – agrupada no chamado “Centrão” que abrigava partidos de direita e a maior ala do PMDB e o saldo deixado por este governo, dentre os inúmeros programas e projetos idealizados e sem sucesso, foi o fracasso do Plano Cruzado I e II que visavam controlar a inflação. O Plano Cruzado I,

de fevereiro de 86, além de controlar a inflação, tinha como objetivo redistribuir a renda nacional por meio de um abono salarial e de um deflator sobre contratos a prazo – tablita – e combater a especulação, congelando preços e salários, o que não teve grande duração, pois não chegou a realizar a contento esses objetivos. No entanto, nos primeiros meses, este Plano gera efeitos positivos fazendo com que Sarney proteja a reforma deste Plano até as eleições. Uma semana após as eleições de novembro de 86, com o PMDB eleito na maioria dos estados da federação – senadores, governadores e deputados, em que os legisladores também teriam a função de constituintes – o governo lança um novo Plano, o Cruzado II que significava um remendo do primeiro e que também não teve sucesso. As pressões da elite política tradicional eram muito grandes e o governo opta em não desapontá-la. Por um lado, a população brasileira perde a proposta das eleições diretas para Presidente da República e perde, com o Plano Cruzado I e II, a possibilidade de intervir politicamente enquanto cidadã, na nação brasileira. O Plano Cruzado II foi o grande desastre do governo, minando toda sua credibilidade frente à sociedade. Por outro, ganha a elite política tradicional que, juntamente com grande parte de personagens gestadas no regime militar, vai dirigir o Brasil e encaminhar suas decisões rumo ao conservadorismo e interesses do grande capital. A herança deixada por Sarney, portanto, foi uma crise econômica e política muito grande que gera uma gigantesca crise social e aponta para a necessidade urgente de mudanças profundas. O Brasil apresenta uma série de dificuldades a serem administradas.

Também os setores públicos do campo educacional são atingidos com cortes de verbas, não se cumprindo o acordo da greve de 89; arrochos salariais para docentes e técnicos administrativos, ao mesmo tempo em que se retira a aposentadoria especial e desrespeitam-se a escolha democrática dos dirigentes universitários.

Neste difícil contexto político e social vivido no Brasil, cresce a dívida externa e interna e não há possibilidade de se controlar a economia. Apesar da classe dominante prorrogar o mais que pôde a aprovação das eleições diretas para Presidente da República, ou seja, *“desde que se instalou a ditadura militar de 1964 – um longo período – da Carta de 1967 ao AI-5, da Junta Militar à distensão lenta, gradual*

e segura; da eleição indireta de Tancredo aos 5 anos de mandato para Sarney", (Relatório Final XX CONAD, 1989: 2), ocorre, em 1989, as eleições diretas para Presidente do Brasil.

c) Presidente Collor (1990/1992)

Nas eleições de 1989, dois candidatos vão para segundo turno: Luiz Ignácio Lula da Silva, apoiado pela Frente Brasil Popular – Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Democrático Trabalhista (PDT), dentre outros – e Fernando Collor de Mello, do Partido da Renovação Nacional (PRN). Ausência de entendimento da burguesia na escolha de um nome que hegemonicamente a representasse para estas eleições forçou a aceitação do nome do candidato Collor, no 2º turno, cuja candidatura já era preparada quando este ainda governava Alagoas. Collor, na realidade, se impôs gradativamente no interior dos parâmetros políticos defendidos pela burguesia, tendo o apoio dos meios de comunicação como suporte. Sua ascensão nas pesquisas realizadas por vários institutos especializados, naquele momento, teve o apoio do PFL e do PMDB, partidos desgastados enquanto partícipes do aparelho de sustentação da Nova República, que o apóiam no segundo turno.

Collor, de origens oligárquicas, ungido pela ditadura militar que o obsequiou com uma prefeitura de capital, a rigor se impôs ao universo burguês paulatinamente. Sua candidatura foi preparada quando ainda, na esteira do Plano Cruzado, governava Alagoas e se tornava personalidade nacional com o discurso de moralização dos gastos públicos e da "caça aos marajás". A amplamente hegemônica Rede Globo, bem como outros setores da mídia se encarregou disso, agindo como ator relevante do processo eleitoral. Foi assim, contando com esse suporte, que se afirmou a postulação presidencial de Collor de Mello – embora na ocasião, parcela da burguesia agro-exportadora já o defendesse, às claras. O desgaste partidário

do aparelho de sustentação da Nova República (PMDB, PFL) e a fragilidade de outras legendas vinculadas aos interesses burgueses, possibilitaram que Collor, independentemente de um partido nacionalmente estruturado, fosse capturando os apoios propiciados pela capitalização de sua rápida ascensão nas pesquisas de opinião. (Relatório Final, IX Congresso, Londrina, 1990)

Collor, travestido de renovador, assume um discurso anticomunista e moralista e, apoiado pelos políticos conservadores, ganha as eleições. Sua posse ocorre no dia 15 de março de 1990.

O resultado dessas eleições não significou a derrota dos movimentos sociais.

A derrota eleitoral não pode ser tomada como sinônimo de derrota do movimento popular, e ainda que expresse suas fragilidades, não pode deixar de ser registrado o crescimento importantíssimo da capacidade de direção política das classes dominadas no sentido da construção de sua própria hegemonia. (Relatório Final, IX Congresso, Londrina, 1990)

Também a crise econômica da década de oitenta não significou a derrota do movimento sindical que se reorganiza e se fortalece. Isto se deve a dois fatores: o processo de democratização do País e a ausência de transformações fundamentais na estrutura ocupacional. Se o mercado de trabalho estava paralisado, era necessário que os trabalhadores se mobilizassem e mostrassem aos governantes a necessidade urgente de ativá-lo e o processo de democratização, ora em curso no País, possibilitava essas ações.

Em 1990, o discurso de posse do professor Carlos Eduardo Malhado Baldijão -gestão 90/92 - Diretoria da ANDES SN - aponta o projeto político proposto por Collor à nação brasileira, após sua eleição.

Logo após sua eleição, conseguida com base na mentira e num descomunal suporte financeiro e de marketing provoca, no intervalo até sua posse, uma crise financeira e de valores sem precedentes, surgindo, no dia seguinte, como o "grande salvador".

Na sua postura fascista, fala diretamente aos descalços e descamisados, por meio da mídia, desqualificando a parte organizada da sociedade, desqualificando as instituições e desprezando a própria Constituição. O descaso pela miséria em que vive a população, é coerente com seu projeto para um novo processo de acumulação de capital e de renda, propagandeado como se atingisse a todos e, principalmente, aos mais ricos. Hoje, passados dois meses e meio, a maior parte da população já se dá conta do engodo. Já percebe que a face real do plano é a recessão econômica, a falência e o desemprego, a queda real de salários até por meio de acordos, o confisco salarial que exige reposições da ordem de 164%, o maior de toda a história. No entanto, o processo de internacionalização da economia e o sucateamento das estatais e dos serviços públicos ainda não está claro para a maioria. O movimento docente, ao lado dos servidores públicos e do conjunto dos trabalhadores, tem hoje um papel decisivo na desmistificação deste processo.

O discurso de governabilidade de Collor se identifica com o programa neoliberal, que poderia ser resumido em cinco pontos principais:

1. insistem na inevitabilidade de se fazer um forte ajuste ortodoxo macroeconômico na economia nacional, para eliminação do déficit público, o enxugamento do Estado e um acordo com os credores internacionais, referendados naturalmente pelos dois "pilares" do capitalismo internacional, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial; 2. Pregam a liberalização e "flexibilização" das relações trabalho-capital, acabando portanto com alguns "privilégios" ou com a política salarial até então determinada pelos estados nacionais; 3. Postulam a rápida liberalização de nosso comércio exterior, notadamente de nossas importações, para que as estruturas produtivas internas possam competir "livremente" no mercado internacional com as dos países mais avançados; 4. Afirmam ser possível tornar a economia nacional moderna, em prazo não-longo, com o que passaríamos também a integrar o chamado "Primeiro

Mundo"; 5. Acrescentam, ainda, a privatização como parte do enxugamento do Estado, devendo este se restringir ao mínimo indispensável ao funcionamento da sociedade capitalista, desfazendo-se de suas empresas produtivas e reduzindo a regulação sobre a economia. (CANO, 1994, p.29-30)

O programa neoliberal significa também reduzir a perspectiva de luta dos movimentos sociais organizados em que se insere o movimento dos docentes. Mais do que nunca, é necessária a unificação desses movimentos sociais, em especial na CUT, com planos de lutas gerais e específicos, cuja plataforma deve reverter o quadro social instalado a partir de 90, a saber:

O governo Collor apresentou um projeto de lei denominado Reforma Fiscal, cujo sentido principal é a introdução de mudanças constitucionais lesivas aos interesses públicos e populares. No aspecto fiscal propõe mudanças como a diminuição do limite de isenção, penalizando a população de renda mais baixa, ao mesmo tempo em que favorece os mais ricos introduzindo a isenção tributária para o lucro líquido. Nas suas diretrizes principais, diminui as transferências constitucionais para Estados e Municípios, reduz direitos na seguridade social, altera o princípio da autonomia universitária, proíbe a vinculação constitucional de parcelas de impostos para manutenção e desenvolvimento do ensino (anulando o Art. 212 da Constituição Federal) e chega mesmo a suprimir o ensino oficial público e gratuito. (Relatório Final III CONAD Extraordinário, BSB, 1992, p.29)

Nos dois anos do governo Collor, as contradições aguçam-se. Há uma redefinição do Estado que procura organizar as diferentes parcelas da burguesia propondo-lhes reforço, apoio e ampliação do domínio do capital brasileiro. Por outro lado, o processo inflacionário atinge a categoria dos docentes universitários, assim como a dos trabalhadores em geral, aumenta o desemprego e a miséria da população. Por esses motivos, várias universidades paralisam suas

atividades, culminando, em 1991, com uma das mais importantes greves do movimento dos docentes do 3º grau, com mais de 100 dias de paralisação, que exigia recomposição salarial; repasse de verbas para as IFES; abertura de concurso público; escolha democrática dos dirigentes universitários, dentre outros. Os resultados da greve foram um reajuste de 20% para os SPF; rejeição da MP 296/91 que excluía docentes e funcionários das IFES e outras categorias dos reajustes propostos pelo governo, além de outros ganhos.

Segundo o professor Antonio de Almeida, do Departamento de História da Universidade Federal de Uberlândia/MG, que presidiu a ADUFU-SS no período de 89/91, as greves que ocorreram até o ano de 1991 tiveram maior importância tanto em termos de conquistas reivindicadas pelo movimento docente quanto em termos de sua mobilização, em relação às greves que ocorreram após essa data.

Tomando como referência o quadro nacional e local, eu diria que as greves que aconteceram até o ano de 1991, tanto em termos de envolvimento dos docentes, quanto em termos dos resultados alcançados, foram mais importantes do que aquelas que tiveram lugar após essa data. As reivindicações que levavam o movimento docente a realizar greves eram a defesa da universidade pública, particularmente no que diz respeito à qualidade e gratuidade dos serviços prestados; a falta de recursos para o desenvolvimento das atividades básicas (ensino, pesquisa e extensão); os baixos salários. As reivindicações alcançadas com as greves foram: melhorias salariais, reestruturação da carreira acadêmica; verbas para a universidade e recuo do governo em relação às propostas de desestabilização da universidade. (resposta a questionário, 1997)

Visando à desregulamentação do Estado, o governo Collor propõe a Revisão Constitucional. Esta passa a ser a grande força política do governo. Apesar da ilegitimidade dos parlamentares, que não foram eleitos para esse fim, assim como das denúncias de corrupção e da falta de ética que os envolve no Congresso Nacional, a revisão segue os seus propósitos. Estes, portanto, não foram motivos

suficientes para que o governo federal não avançasse no processo de elaboração e aprovação da Revisão Constitucional.

Segundo análise do movimento docente, naquele momento, a ementa da PEC 56-B (Proposta de Emenda à Constituição) altera dispositivos da Constituição Federal do Brasil sob a argumentação da desregulamentação e modernização do Estado e, por ser um projeto global, extingue o monopólio do Estado em muitos setores, a exemplo das questões relacionadas ao solo e subsolo, telecomunicações e, fundamentalmente, às questões relacionadas à universidade pública que versam sobre a sua natureza jurídica, participação do Estado no seu financiamento, limita gastos com pessoal, ferindo, dessa forma, a autonomia universitária. Neste sentido, restará à universidade pública o total estrangulamento financeiro, fazendo-a caminhar rumo à sua privatização. É, pois, necessário, que o movimento docente articule junto à Central Sindical formas de debater essas questões junto à sociedade, incluindo, nessas discussões, as dificuldades impostas pelo governo para a tramitação da LDB.

No que se refere à nova LDB – Lei nº 9.394, publicada no dia 23/12/96 – é importante ressaltarmos que o sindicato nacional mobilizou o movimento docente que, juntamente com outras entidades educacionais, procurou intervir no processo de discussão que resultaria na elaboração da nova lei. Toda essa mobilização das entidades educacionais tem início na IV Conferência Brasileira de Educação realizada em Goiânia, em 1986, que teve como tema central: “A Educação e a Constituinte”. Aprovou-se, na assembléia de encerramento desta Conferência, uma “Carta de Goiânia” que continha todas as propostas educacionais que deveriam ser encaminhadas para o capítulo da Constituição. O movimento em torno da elaboração das novas diretrizes e bases da Educação Nacional continua ativo a partir do ano de 1987 (SAVIANI, 1997: 35).

Com a publicação da nova LDB¹, a União deveria encaminhar ao Congresso Nacional, até 23/12/97, o Plano Nacional de Educação – PNE – de acordo com o parágrafo primeiro do artigo 87 das disposições transitórias.

Para os movimentos sociais organizados, o PNE tem uma importância muito grande, pois irá avaliar a política educacional proposta pelo governo, a sua organização nacional e o seu caráter operacional. Segundo SAVIANI (1998, p. 75 a 80), o PNE remonta a década de 1930, tendo a sua primeira explicitação no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. *"Pela leitura global do 'Manifesto', pode-se perceber que a idéia de plano de educação se aproxima, aí, da idéia de sistema educacional (...)"*, cujo entendimento irá influenciar a Constituição de 1934, quando trata de *"fixar o plano nacional de educação"*; passando por Capanema em 1937 a 1945, com o *"Código da Educação Nacional enquanto condição de se elaborar um plano nacional de educação"*, o qual não ocorre; pela LDB de 1961 que também se refere a *"plano de educação"*; e pela lei 5692/71 que também se refere *"a planos nacionais de educação"*. Estes planos nacionais de educação, oriundos da lei 5692/71, *"decorriam diretamente dos planos nacionais de desenvolvimento (PNDEs) recebendo, por isso mesmo, a denominação de Planos Setoriais de Educação e Cultura"*, chegando em 86/89 ao *"I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República"*. Na década de 90, tivemos o Plano Decenal de Educação para Todos (93) e a realização de dois CONEDs – Congresso Nacional de Educação (96-97), na cidade de Belo Horizonte, organizado por entidades educacionais e pela sociedade civil, em que se discutiu um PNE. Portanto, no que se refere à LDB, sua grande importância está na definição de um PNE.

Mas a principal medida de política educacional decorrente da LDB é, sem dúvida alguma, o Plano Nacional de Educação. Sua importância deriva de seu caráter global, abrangente de todos os aspectos concernentes à organização da educação nacional, e de seu

¹ Para os que se interessarem em aprofundar conhecimentos sobre a nova LDB, indicamos os livros de Dermeval Saviani intitulados *"A Nova Lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas"*. Editora Autores Associados, 1997 e *"Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional"*. Editora Autores Associados, 1998. O referido autor participou ativamente dos encontros empreendidos para os debates e discussões da nova LDB, inclusive tendo redigido um artigo que dá início à elaboração do projeto original da nova LDB.

caráter operacional, já que implica a definição de ações, traduzidas em metas a serem atingidas em prazos determinados dentro do limite global de tempo abrangido pelo Plano que a própria LDB definiu para um período de dez anos. Nessas circunstâncias o Plano Nacional de Educação se torna, efetivamente, uma referência privilegiada para se avaliar a política educacional aferindo o que o governo está considerando como, de fato, prioritário, para além dos discursos enaltecedores da educação, reconhecidamente um lugar-comum nas plataformas e programas políticos dos partidos, grupos ou personalidades que exercem ou aspiram a exercer o poder político. (SAVIANI, 1998, p. 3)

No início do segundo ano do governo Collor, em 1992, Pedro Collor de Mello, irmão de Collor, denuncia uma rede de corrupção no governo ligada a Paulo César Farias que cuidava das finanças da campanha de Collor e era seu amigo pessoal. Este fato contribui muito para abalar a estabilidade do governo e a própria sociedade que é tomada de surpresa, pois, a imagem passada por Collor durante sua campanha eleitoral, era a de um candidato comprometido com o povo, especialmente quando o seu discurso se referia aos dois pólos sociais extremos que era “acabar com os descamisados e com os marajás”. Isto tudo contribuiu para que a Câmara dos Deputados, no dia 29 de setembro do mesmo ano, com base em relatórios de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), autorizasse o Senado a processar e julgar o presidente Collor. Este, após julgado, é afastado por 180 dias do cargo, assumindo o governo, interinamente, Itamar Franco. No final do julgamento de Collor, dia 29 de dezembro de 1992, ele renuncia e Itamar Franco é empossado presidente do Brasil.

O processo de **Impeachment** é marcado por contradições e por grandes manifestações nacionais em que os estudantes, os “caras-pintadas”, foram os principais protagonistas, indo às ruas mostrar o seu descontentamento com a situação do País e, com isso, muito contribuíram para a formação da opinião pública acerca da importância histórica daquele momento. Havia aqueles que entendiam ser a modernidade neoliberal um grande avanço e aqueles que entendiam enquanto a destruição dos direitos sociais da população.

O consenso nacional, naquele momento, era a luta contra a corrupção e a impunidade e não propriamente contra o projeto neoliberal que ora iniciava o seu percurso no Brasil. Da mesma forma, o movimento pelo impeachment ocultava contradições tanto pelo Movimento Ética na Política quanto pelo Movimento Democrático contra a Impunidade.

O processo de impeachment foi marcado por fortes contradições. Entre os seus proponentes encontravam-se desde os que consideravam que a corrupção tinha ultrapassado seus limites costumeiros até os que se posicionaram contra uma política econômica, que ao adequar-se à racionalidade capitalista internacional, destrói vidas, empregos, salários. No meio desse amplo arco encontrávamos os que viam na perda da governabilidade, no processo objetivo de desmoralização de Collor e da classe dominante elementos decisivos para o impeachment. Colocavam-se assim lado a lado os que consideram a modernidade neoliberal como um imenso avanço e aqueles que a encaram como a destruição das condições de sociabilidade. O movimento pelo impeachment ocultava uma contradição fundamental: se a luta contra a corrupção obtinha com enorme facilidade o consenso, a luta contra o neoliberalismo seguramente romperia este consenso. Isto era claramente visualizado pela existência de contradições que estavam presentes, tanto no Movimento pela Ética na Política, como no Movimento Democrático contra a Impunidade e em todos os demais fóruns que neste momento se organizaram. A ANDES-SN em todas as suas intervenções nestes fóruns procurou, demarcando uma posição firme e decidida, que o entendimento e a prática da luta, alcançassem o grau de coerência e de radicalidade necessários para a elaboração de uma alternativa popular de solução para a crise. (Relatório Final de III CONAD Extraordinário da ANDES, BSB, 1992: 26)

Assim, o processo de impeachment de Collor procurou atacar a questão da impunidade, responsabilidade, ética e moral presidencial e do Congresso Nacional, deixando o programa neoliberal livre para

continuar avançando nas propostas de privatização dos setores públicos e do arrocho salarial dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, a crise do Leste Europeu com a queda dos países considerados socialistas, fortaleceu a ideologia do mercado capitalista para o resto do mundo, bem a gosto do Banco Mundial e do FMI. Internacionalmente, o neoliberalismo permanece como política dominante, em que o pesadelo da hiperinflação tende a acabar dando lugar a outro, o desemprego. O projeto neoliberal no Brasil, Argentina, Chile, México é, portanto, parte de um projeto maior e deve ser compreendido dentro de uma dinâmica de atuação internacional mais ampla.

Se quisermos compreender as estratégias que o projeto neoliberal no Brasil tem reservadas para a educação, é importante também compreender que esse processo é parte de um processo internacional maior. Numa era de globalização e de internacionalização, esses projetos nacionais não podem ser compreendidos fora de sua dinâmica internacional. A presente tentativa nacional de conquista hegemônica apenas segue, talvez de forma atrasada, um processo que se inaugurou em países centrais como os Estados Unidos e Inglaterra com os primeiros governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher. A construção da política como manipulação do afeto e do sentimento; a transformação do espaço de discussão política em estratégias de convencimento publicitário; a celebração da suposta eficiência e produtividade da iniciativa privada em oposição à ineficiência e ao desperdício dos serviços públicos; a redefinição da cidadania pela qual o agente político se transforma em agente econômico e o cidadão em consumidor, são todos elementos centrais importantes do projeto neoliberal global. É nesse projeto que se insere a redefinição da educação em termos de mercado, (...). (SILVA, 1994: 14-15)

Governos Itamar Franco (1992/1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995)

No ano seguinte da posse de Itamar Franco ocorre uma greve nas IFES, em que o movimento docente reivindica, principalmente, isonomia salarial, maiores recursos financeiros e exigem recuperação das perdas salariais com o Plano Verão (26,05%), Plano Collor (84,32%), pagamento dos passivos trabalhistas, a definição de uma política salarial. Esse mesmo movimento, exigindo essas reivindicações, participa em 1994 de uma greve geral juntamente com os SPF's, procurando com isso fortalecer o conjunto dos servidores públicos federais.

Neste contexto, o governo Itamar procurou alianças com várias facções políticas conservadoras para efetivar o Pacto Social, além do Ajuste Fiscal proposto por Collor que nada mais era que uma reforma tributária, que tinha como objetivo aumentar a receita da União e antecipar a Revisão Constitucional, no momento em que alocava percentuais para Estados e Municípios. Neste sentido, a política do governo Itamar apresentava alguma semelhança com a política do governo Collor. Além das facções políticas conservadoras, o governo Itamar procurava trazer para o debate parcelas dos movimentos sociais organizados, em que afirmava a importância do ajuste fiscal enquanto condição prioritária para o crescimento do País e sua transformação, procurando, com isso, convencer a opinião pública dessa importância. Na realidade, o principal objetivo do governo Itamar era precaver-se em relação às futuras mobilizações sociais que possivelmente viessem a ocorrer contra as medidas impostas. Neste momento em que o governo procura os movimentos sociais para debates, diferencia-se da política do governo Collor.

A atuação marcante dos movimentos sociais para combater o projeto neoliberal e exigir, dentre outras coisas, melhor qualidade na saúde, na educação e contra o pagamento da dívida externa, era uma exigência do momento.

Nesse período, no Brasil, alguns planos econômicos procuraram resolver o problema da inflação que era até então galopante. A partir da Nova República, surgem o Cruzado (1986), Cruzado Novo (1989), Cruzeiro Real e Real (1994). Assim, usando o Plano Real, como se fosse criação sua, Fernando Henrique Cardoso, apoiado pelo Partido da Frente Liberal (PFL), Partido Trabalhista

Brasileiro (PTB) e seu partido, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), é eleito Presidente da República. Lula, seu concorrente, apoiado pelo PT, PC do B, PCB e outras tendências de esquerda, perde essas eleições.

Fernando Henrique Cardoso, chamado pela sigla FHC, inicia seu governo de forma autoritária, com uma prática diferente daquela apregoada em sua campanha eleitoral e sem cumprir com suas promessas tão insistentemente debatidas e anunciadas em seus comícios que tinham como princípios básicos os seguintes elementos principais: emprego, saúde, educação, habitação e reforma agrária. O desemprego no Brasil atinge taxas jamais vistas, gerando uma procura exacerbada por postos de trabalho e, conseqüentemente, na falta deste, gera a violência; os hospitais públicos estão com os serviços comprometidos fazendo com que a população menos favorecida sofra as conseqüências desse descaso, muitas vezes, com mortes prematuras e roubos de bebês recém-nascidos. A educação pública, em especial nas universidades federais, está sendo sucateada por falta de verbas e faltam vagas nos três graus de ensino, fazendo com que famílias inteiras passem noites nas filas das escolas de 1º grau para obterem uma vaga para os seus filhos estudarem. No que se refere à habitação, observa-se o aumento das favelas que se aglomeram, principalmente, nas grandes cidades. Sem emprego não há como se pagar um aluguel, por menor que seja o seu valor. Com relação à reforma agrária, também nada se fez, apenas se prometeu. A questão da reforma agrária é tão grave que o MST – Movimento dos Sem-Terra – cresceu e se fortaleceu nacionalmente, reunindo-se em caravanas até Brasília para reivindicar os seus direitos e as promessas de campanha do governo federal, dando, assim, uma lição de luta aos movimentos sociais organizados e a toda sociedade.

Com Collor e depois Cardoso, inicia-se uma nova fase liberal no Brasil. O governo FHC, até o presente momento, pouco fez de tudo aquilo que prometeu. No entanto, cumpriu o que não prometeu, ou seja, privatizou algumas estatais consideradas estratégicas para a nação brasileira, a exemplo da Usiminas e da Embratel, colocando em risco a própria soberania nacional e anuncia a privatização das

universidades públicas, no momento em que lança medidas austeras contra as mesmas, interferindo em sua autonomia. Fere, com as Reformas Constitucionais, alguns direitos individuais e algumas conquistas sociais dos trabalhadores e dos funcionários públicos, a exemplo da aposentadoria que passa a ser por idade e por tempo de contribuição simultaneamente; das regras de transição para aposentadoria integral e proporcional e da aposentadoria especial para o professor universitário, não respeitando os direitos adquiridos dos servidores aposentados.

Em 1995, os professores universitários realizam uma greve contra o uso de Medidas Provisórias, contra a proibição de contratação no serviço público, defesa da universidade pública e gratuita, garantia dos direitos sociais e trabalhistas, manutenção da estabilidade da aposentadoria integral e especial, oposição à política neoliberal do governo Cardoso, recuperação das perdas salariais, por uma política salarial.

Se na passagem da Ditadura para a Nova República, o movimento docente, tendo à frente uma Associação Nacional que o representasse, tem motivos suficientes para encaminhar suas lutas, em especial contra os governos da ditadura militar que demitiam, cassavam, perseguiam e exilavam professores e outros trabalhadores em geral, na Nova República, os motivos são mais do que suficientes para continuar essa luta e aliar-se às lutas sociais. O movimento docente do ensino superior surgiu para estar ao lado da classe trabalhadora, sem, no entanto, se descuidar da especificidade de sua representação. Portanto, além da luta contra a ditadura, o movimento docente mobilizava-se em favor das reivindicações da categoria. Esses eram, pois, motivos suficientes para que essa trajetória fosse uma trajetória de lutas, mesmo porque era necessário aglutinar e fortalecer o movimento nacional dos professores universitários.

Com a Nova República, as reivindicações passam a ser mais específicas da categoria, não desconsiderando, evidentemente, a luta dos professores pelas “Diretas Já” e o não pagamento da dívida externa. Por outro lado, isso não significava que, com a Nova República, a democracia já estivesse consolidada no País, pois as medidas autoritárias editadas pelos governantes tinham um conteúdo tão

agressivo que atingiam sobremaneira a proposta de uma universidade democrática, gratuita e de qualidade, ao mesmo tempo em que procuravam fragilizar os movimentos sociais tanto nas suas bases quanto no encaminhamento de suas lutas políticas.

Evidentemente que, mesmo na fase de grandes dificuldades em que ora se encontra, o movimento docente continua reagindo às práticas governamentais excludentes e autoritárias.

A adoção de políticas de corte neoliberal e a inserção passiva no processo de globalização sob a égide do capital financeiro reduz a capacidade de cada estado nacional desenvolver políticas econômicas próprias, atingindo os sindicatos e movimentos sociais organizados, especialmente os dos servidores públicos. É necessário, pois, construir mecanismos que garantam a recuperação dos serviços públicos e a credibilidade dos dirigentes sindicais no encaminhamento de suas lutas, para se recuperar a mobilidade do conjunto da categoria. Esses mecanismos se referem a ações práticas que consigam mediar os interesses coletivos da categoria, tais como os educacionais, dando a eles um tratamento aprofundado e mais presente para com os interesses da sociedade, que almeja o fim desse tipo de política imposta, em que o homem é destruído em benefício do crescimento do capital.

Além da mediação dos interesses educacionais com os demais direitos sociais, tendo em vista o reforço do movimento sindical, é necessário que haja maior intercâmbio entre os sindicatos e os segmentos da universidade e da sociedade no sentido de unificar forças em defesa da escola pública defendida pelo MD. Em entrevista a Lafaiete Santos Neves, (1997) o professor Newton Lima Neto compara o momento histórico atual, com sua gestão enquanto presidente da ANDES no período compreendido entre 86/88.

O que mudou muito, eu acho, e tenho conversado com alguns colegas, são dois eixos que me parecem fundamentais: O MD de hoje está mais afastado das questões educacionais propriamente ditas do que deveria. Penso que embora a ANDES-SN tenha políticas de princípios absolutamente corretos dentro da luta pela proposta da entidade nacional e das Ads-ssind para a universidade brasileira,

há uma menor intensidade nesse campo até por uma opção de uma articulação de forças maior dentro do serviço público, e que acabou colocando o foco das ações políticas da ANDES-SN dentro do Ministério da Administração. Não se trata aqui de relevar uma coisa em relação à outra, mas desde a transformação da ANDES em sindicato que nós alertávamos para o perigo de uma eventual prevalência de um dos aspectos. Então, a minha posição sempre foi uma posição de equilíbrio em relação a essas questões, e penso que há uma modificação no panorama em relação a este ponto. Em segundo lugar, é o que eu chamaria de política de alianças. Nós tínhamos uma política muito forte naquela década de 1980, até por conta, penso eu, do regime autoritário do Brasil, a luta pela anistia, a necessidade de as forças políticas se tolerarem e trabalharem numa perspectiva de democratização e de avanços, era um regime absolutamente fechado. Com a democratização do país houve evidentemente uma pulverização das forças políticas, e lamentavelmente, ao invés de nós procurarmos uma política de alianças mais consistente, que ampliasse a nossa possibilidade de resistência e de avanços, penso eu que, sobretudo dentro da comunidade universitária isso acabou não se logrando. E até por força da democratização provocada pelo MD, houve um determinado momento da história que começa a se reverter agora, um arejamento das administrações universitárias, mas isso não foi acompanhado necessariamente de uma aliança maior interna. Vivemos um momento de isolamento entre as entidades que existem dentro das comunidades de uma maneira geral, e na minha opinião, isso é absolutamente nefasto. É importante voltarmos a ter uma política de alianças dentro de fóruns de defesa da escola pública e gratuita com parlamentares, reitores, professores, funcionários e estudantes, porque o que está em jogo na verdade é uma política neoliberal maior, e, sozinho, nenhum dos segmentos vai conseguir lograr êxito.(...). (Revista Universidade e Sociedade nº 13, p.147)

Nesta fase neoliberal, entendemos que é necessário conjugar o

enfrentamento de antigos problemas educacionais com os desafios ora colocados pelos neoliberais, a exemplo da chamada “globalização”, “modernização” e “qualidade total”. Esses “novos” conceitos presentes na sociedade fazem com que a educação tenha um novo papel a desempenhar, muito embora contraditório com a enorme evasão e repetência escolar brasileira e com a falta de vagas existente nas escolas. No entanto, esse novo papel exige uma intervenção diferenciada e porque não dizer, mais ativa por parte do movimento dos docentes do 3º grau. Concluimos dizendo que é esse o grande desafio que tem pela frente a ANDES SN. No interior do movimento sindical, este desafio é significativo porque contribui para a formulação de novas diretrizes para a trajetória do movimento docente, ao mesmo tempo em que fornece novos suportes que permitem perceber os interesses imediatos e as principais implicações para a categoria docente.

BIBLIOGRAFIA

CANO, Wilson. *Reflexões sobre o Brasil e a Nova (Des)ordem Internacional*. 3ª ed. São Paulo: FAPESP/ UNICAMP, 1994.

DONATONI, Alaíde Rita. *Trajatória do Movimento Docente do Ensino superior: um resgate histórico da origem e desenvolvimento da ANDES*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP, Faculdade de Educação, 1999. Tese de Doutorado.

HENRIQUE (sic). Crise brasileira. Anos 80 e governo Collor. In: AA. VV. *Crise Brasileira: anos oitenta e governo Collor*. Programa de Pesquisa e Formação Sindical. Ires-CGIL/Desep-CUT. Co-edição entre o Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da CUT (DESEP) e o Instituto Cajamar (INCA). 1993.

SADER, Emir. *A Transição no Brasil. Da Ditadura à Democracia?*. São Paulo: Atual, 1990.

SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, J. Claudinei, SANFELICE, J. Luís. Organizadores. *História e História da Educação. O debate teórico*

metodológico atual. Coleção Educação Contemporânea. Campinas/SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1998.

SAVIANI, Dermeval. *A Nova Lei da Educação. LDB-Trajatória, limites e perspectivas*. 2ª ed. Coleção Educação Contemporânea. Campinas/SP: Autores Associados, 1997.

_____. *Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: Por uma outra política educacional*. Coleção Educação Contemporânea. Campinas/SP: Autores Associados, 1998

GENTILI, Pablo A. A., SILVA, Tomaz Tadeu da. *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação; visões críticas*. Organizado por Tomaz Tadeu da Silva. Tradução Vânia P. Thurler, Tomaz T. da Silva. Petrópolis: Vozes, 1994.

Relatórios – CONAD's e Congressos, Boletins e Atas

Relatórios Finais dos CONADS – 1986, 1987, 1988,1989 e 1992.

Relatório Final do Congresso da ANDES SN – 1990.

Boletim da ANDES nº 31, agosto de 1987.

ATA da Assembléia Geral da ADUFU – 1987

Revista Universidade e Sociedade, nº 13